

Cultivando a Cidade: Trajetória e Institucionalização da Agricultura Urbana e Periurbana em Presidente Prudente (SP), Brasil

Cultivating the City: Trajectory and Institutionalization of Urban and Peri-Urban Agriculture in Presidente Prudente (SP), Brazil

Rosangela Hespanhol

Faculdade de Ciências e Tecnologia -UNESP Presidente Prudente, São Paulo. Brasil

GT 10 - Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: A agricultura urbana e periurbana (AUP) tem se consolidado como uma estratégia relevante para enfrentar desafios urbanos relacionados à segurança alimentar, à sustentabilidade socioambiental e à ocupação produtiva de áreas ociosas. Essa prática articula dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas, assumindo diferentes funções em contextos internacionais, como promoção da resiliência alimentar e do direito à cidade. No Brasil, entretanto, a AUP ainda apresenta baixo grau de institucionalização, com número reduzido de municípios que desenvolvem ações estruturadas nessa área. Nesse contexto, o estudo analisou a agricultura urbana e periurbana no município de Presidente Prudente (SP), com o objetivo de compreender sua trajetória histórica, características atuais, processos de institucionalização e contribuições no cenário das mudanças climáticas. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, análise de dados secundários e entrevistas com gestores públicos e agricultores urbanos. Os resultados indicam a existência de iniciativas espontâneas de cultivo, sobretudo em bairros periféricos, além da implementação do Programa Alimento Prudente, na década de 1990, voltado ao uso de áreas públicas por famílias de baixa renda, com impactos positivos na segurança alimentar e inclusão social. Posteriormente, o programa foi descontinuado, sendo retomadas ações institucionais com o Programa Semeando Prudente, criado em 2018, que ampliou a destinação de áreas públicas para hortas comunitárias. Observou-se também diversidade de formas produtivas e organizativas da AUP no município, evidenciando seu potencial para fortalecer a resiliência urbana, apesar de limitações relacionadas ao acesso à água, assistência técnica e apoio institucional.

Palavras-chave: Agricultura Urbana e Periurbana. Segurança Alimentar. Políticas Públicas. Resiliência Urbana.

Abstract: Urban and peri-urban agriculture (UPA) has consolidated itself as a relevant strategy to address urban challenges related to food security, socio-environmental sustainability, and the productive use of idle land. This practice articulates social, cultural, environmental, and economic dimensions and assumes different roles in international contexts, such as promoting food resilience and the right to the city. In Brazil, however, UPA still presents a low level of institutionalization, with a limited number of municipalities developing structured actions in this field. In this context, this study analyzed urban and peri-urban agriculture in the municipality of Presidente Prudente (SP), aiming to understand its historical trajectory, current characteristics, processes of institutionalization, and contributions in the context of climate change. The research adopted a qualitative approach based on bibliographic and documentary review, analysis of secondary data, and semi-structured interviews with public managers and

urban farmers. The results indicate the existence of spontaneous cultivation initiatives, especially in peripheral neighborhoods, as well as the implementation of the *Alimente Prudente* Program in the 1990s, which promoted the use of public land by low-income families and generated positive impacts on food security and social inclusion. Although the program was later discontinued, institutional actions were resumed with the creation of the *Semeando Prudente* Program in 2018, which expanded the allocation of public areas for community gardens. The study also identified a diversity of productive and organizational forms of UPA in the municipality, highlighting its potential to strengthen urban resilience despite limitations related to access to water, technical assistance, and institutional support.

Keywords: Urban and peri-urban agriculture. Food security. Public policies. Urban resilience.

Introdução

Nas últimas décadas, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem assumido crescente relevância no debate sobre segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e reorganização dos sistemas agroalimentares urbanos, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioespaciais persistentes. Em diferentes regiões do mundo, essas práticas vêm sendo reconhecidas como estratégias capazes de aproximar produção e consumo de alimentos, fortalecer circuitos curtos de comercialização e ampliar a resiliência socioambiental das cidades diante das crises climáticas, econômicas e alimentares contemporâneas.

Na América Latina e no Brasil, entretanto, a consolidação da agricultura urbana e periurbana ocorre de forma desigual e territorialmente fragmentada, sendo fortemente condicionada pela ausência de marcos regulatórios específicos, pela limitada articulação intersetorial das políticas públicas e pelas restrições no acesso à terra e à assistência técnica. Apesar dessas limitações institucionais, observa-se a expansão de experiências locais vinculadas à segurança alimentar, à educação ambiental, à inclusão socioproductiva e à requalificação de espaços urbanos subutilizados, evidenciando o potencial estratégico da AUP como componente das políticas territoriais de desenvolvimento urbano sustentável.

No contexto das cidades médias brasileiras, essa temática assume particular relevância, uma vez que esses centros urbanos desempenham papel intermediário na rede urbana nacional e apresentam condições específicas para a implementação de práticas agrícolas urbanas, como disponibilidade relativa de áreas ociosas, presença de instituições de ensino superior e maior proximidade entre poder público local e organizações comunitárias.

Nesse cenário, o município de Presidente Prudente (SP) constitui um caso significativo para análise das potencialidades e limites da agricultura urbana e periurbana como estratégia de fortalecimento da segurança alimentar local, inclusão socioproductiva e reorganização territorial

do abastecimento alimentar. Assim, o presente trabalho busca compreender o papel da AUP no contexto urbano prudentino, considerando suas dimensões socioeconômicas, ambientais e institucionais, bem como seus desafios para consolidação como política pública estruturante.

1. Procedimentos metodológicos

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva da análise territorial das práticas de agricultura urbana e periurbana (AUP) e de sua inserção nas políticas públicas locais de segurança alimentar e desenvolvimento urbano sustentável. Essa opção metodológica justifica-se pela necessidade de compreender processos socioespaciais complexos, envolvendo múltiplos atores, instituições e formas de uso do território urbano.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e analítica, desenvolvida a partir da articulação entre revisão bibliográfica, levantamento documental e análise empírica do contexto municipal de Presidente Prudente (SP), com ênfase nas experiências locais de agricultura urbana e periurbana.

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática sobre agricultura urbana e periurbana, sistemas agroalimentares territoriais e políticas alimentares urbanas, com base em autores nacionais e internacionais que discutem a temática, como Mougeot (2000; 2005), Cabannes (2012), Sabourin (2015; 2018), Morgan (2014), Sonnino (2016), Zaar (2011; 2015), Hespanhol e Cruz (2024), entre outros. Essa etapa possibilitou a construção do referencial teórico-conceitual da pesquisa, orientando a interpretação das experiências analisadas.

Em seguida, procedeu-se ao levantamento e análise de documentos institucionais e normativos relacionados à agricultura urbana e periurbana no Brasil e no município estudado, incluindo legislações urbanísticas, programas de segurança alimentar, relatórios técnicos, dados estatísticos oficiais e estudos institucionais, com destaque para o relatório *Panorama de Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana* (FVGces, 2023). Essa etapa permitiu compreender o grau de institucionalização das iniciativas de AUP e sua inserção nas políticas públicas urbanas.

No âmbito da análise empírica, foram consideradas informações secundárias provenientes de levantamentos anteriores sobre experiências locais de agricultura urbana no município de Presidente Prudente, bem como registros institucionais disponíveis e informações obtidas junto à administração pública municipal. Também foram analisadas iniciativas específicas, como hortas escolares, hortas comunitárias, quintais produtivos e experiências

vinculadas a programas municipais de aproveitamento de áreas urbanas ociosas, permitindo identificar a diversidade de formas organizativas e produtivas existentes no território.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma perspectiva interpretativa, orientada pela compreensão das relações entre agricultura urbana, uso do solo urbano, segurança alimentar e políticas públicas territoriais. Nesse sentido, buscou-se identificar os principais limites institucionais, as potencialidades locais e os condicionantes socioespaciais que influenciam a consolidação da agricultura urbana e periurbana como componente das estratégias municipais de desenvolvimento territorial sustentável.

Por fim, a interpretação dos resultados foi articulada à literatura especializada sobre sistemas alimentares urbanos e governança territorial, permitindo situar o caso de Presidente Prudente em um quadro mais amplo de experiências brasileiras e latino-americanas de agricultura urbana e periurbana. Essa abordagem possibilitou compreender a AUP não apenas como prática produtiva localizada, mas como elemento integrante das transformações contemporâneas dos sistemas agroalimentares urbanos e das políticas territoriais de segurança alimentar.

2. Agricultura urbana e periurbana: relevância socioambiental, econômica e cultural no contexto contemporâneo

Nas últimas décadas, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem assumido crescente centralidade no debate sobre sistemas agroalimentares sustentáveis, especialmente diante da intensificação das crises ambientais, sociais e econômicas associadas ao modelo agroalimentar globalizado. Em diferentes regiões do mundo, particularmente nos países do Sul Global, a AUP tem sido reconhecida como estratégia relevante para o enfrentamento da insegurança alimentar urbana, da precarização do trabalho e da degradação ambiental, contribuindo para a construção de sistemas alimentares territorialmente integrados e socialmente inclusivos (MOUGEOT, 2000; FAO; RIKOLTO; RUAF, 2022).

Segundo Mougeot (2000), a Agricultura Urbana e Periurbana caracteriza-se pela produção, processamento e comercialização de alimentos no interior ou nas proximidades das cidades, articulando-se diretamente às dinâmicas econômicas, sociais e ecológicas urbanas. Diferentemente da agricultura convencional, fortemente dependente de cadeias longas de abastecimento, a AUP baseia-se em circuitos curtos de produção e consumo, reduzindo custos logísticos e fortalecendo a segurança alimentar local.

Do ponto de vista ambiental, a AUP desempenha papel estratégico na reconfiguração dos sistemas urbanos contemporâneos, contribuindo para a redução dos danos ambientais associados à produção alimentar e para a ampliação dos serviços ecossistêmicos nas cidades. Conforme destacam Altieri e Nicholls (2017), práticas agroecológicas desenvolvidas em contextos urbanos favorecem a biodiversidade, a conservação do solo e a melhoria do microclima urbano, além de possibilitarem o reaproveitamento de resíduos orgânicos e a recuperação de áreas degradadas. Nesse sentido, a agricultura urbana constitui importante componente das chamadas infraestruturas verdes urbanas, ampliando a resiliência socioambiental das metrópoles frente às mudanças climáticas.

Além da dimensão ambiental, a AUP apresenta forte relevância social, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais no acesso à alimentação. Em cidades latino-americanas, africanas e asiáticas, parcela significativa da população urbana enfrenta dificuldades de acesso a alimentos frescos e nutritivos, tornando-se dependente de cadeias varejistas concentradas e de produtos ultraprocessados. Nesse cenário, a produção de alimentos em escala local contribui para ampliar a disponibilidade de produtos saudáveis e reduzir a vulnerabilidade alimentar das populações periféricas (FAO; RIKOLTO; RUAF, 2022).

No caso brasileiro, essa questão torna-se particularmente relevante diante da persistência de elevados índices de insegurança alimentar nas regiões metropolitanas. Estudos recentes indicam que a expansão da Agricultura Urbana e Periurbana tem desempenhado papel importante na mitigação da fome e na promoção da soberania alimentar, especialmente por meio de hortas comunitárias, quintais produtivos e iniciativas agroecológicas vinculadas a redes locais de abastecimento (Cruz; Hespanhol, 2025). Essas experiências reforçam a importância da AUP como estratégia territorial de enfrentamento das desigualdades socioespaciais no acesso aos alimentos.

Outro aspecto fundamental refere-se à geração de trabalho e renda. Em contextos de desemprego estrutural e informalização do mercado de trabalho, a Agricultura Urbana e Periurbana constitui alternativa relevante de inserção produtiva, sobretudo para mulheres, idosos, migrantes e populações em situação de vulnerabilidade social. Conforme destacam Sabourin (2015) e Schneider, Mattei e Cazella (2016), iniciativas baseadas na produção local de alimentos fortalecem redes de cooperação comunitária e ampliam as possibilidades de acesso a mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuindo para a reprodução social das famílias agricultoras.

No plano territorial, a AUP também desempenha papel importante na reorganização das relações entre campo e cidade. Conforme argumenta Zaar (2011; 2015), a agricultura urbana e a periurbana constituem práticas complementares, diferenciando-se principalmente pela escala produtiva e pela finalidade econômica: enquanto a agricultura intraurbana tende a atender predominantemente à subsistência e à segurança alimentar local, a periurbana articula-se também a mercados regionais e institucionais. Ambas, entretanto, contribuem para a construção de sistemas agroalimentares territoriais baseados na proximidade entre produção e consumo.

Além disso, a Agricultura Urbana e Periurbana possui forte dimensão cultural, relacionada à preservação de saberes tradicionais e à valorização das identidades territoriais. Conforme observa Porto-Gonçalves (2006; 2011), práticas agroecológicas desenvolvidas em contextos urbanos constituem formas de resistência à homogeneização dos sistemas alimentares promovida pela lógica do agronegócio globalizado, reafirmando a centralidade da soberania alimentar como direito dos povos de definirem seus próprios sistemas de produção e consumo.

No contexto brasileiro, a expansão das experiências de Agricultura Urbana e Periurbana tem ocorrido principalmente em regiões metropolitanas, onde a presença de áreas periurbanas cultiváveis possibilita a articulação entre políticas públicas de segurança alimentar e iniciativas comunitárias de produção agroecológica (São Paulo, 2016). Nessas áreas, a AUP assume caráter multifuncional, integrando produção de alimentos, geração de renda, educação ambiental e fortalecimento das territorialidades locais.

Nesse sentido, a Agricultura Urbana e Periurbana pode ser compreendida não apenas como prática produtiva complementar, mas como componente estruturante de sistemas agroalimentares alternativos, orientados por princípios de sustentabilidade ambiental, justiça social e governança territorial participativa. Ao aproximar produção e consumo, fortalecer circuitos curtos de comercialização e valorizar saberes locais, a AUP contribui para a construção de cidades mais resilientes, inclusivas e socialmente justas, reafirmando seu papel estratégico no enfrentamento das crises alimentares contemporâneas.

3. Desafios e limitações da agricultura urbana e periurbana na América Latina e Caribe

Apesar de sua crescente relevância socioambiental e territorial, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na América Latina e Caribe ainda enfrenta importantes limitações estruturais que restringem sua consolidação como componente estratégico dos sistemas agroalimentares urbanos. Essas dificuldades relacionam-se tanto à fragilidade institucional das políticas públicas quanto às desigualdades socioespaciais que caracterizam o processo de urbanização na região.

Um dos principais entraves refere-se à insuficiente institucionalização da AUP nas políticas urbanas e alimentares. Em muitos países latino-americanos, embora existam experiências locais bem-sucedidas, a agricultura urbana ainda não está plenamente integrada aos instrumentos de planejamento territorial e gestão urbana. Conforme destacam FAO, RIKOLTO e RUAF (2022), a ausência de marcos regulatórios específicos dificulta o acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica e à infraestrutura produtiva, limitando a continuidade das iniciativas.

Outro desafio importante diz respeito ao acesso à terra urbana e periurbana. A forte valorização imobiliária das áreas metropolitanas tem reduzido a disponibilidade de espaços destinados à produção agrícola, especialmente nas periferias urbanas em expansão. Esse processo tende a deslocar atividades agrícolas para áreas cada vez mais distantes dos centros consumidores, enfraquecendo os circuitos curtos de comercialização e ampliando a vulnerabilidade territorial dessas práticas. Como observa Mougeot (2000), a insegurança fundiária constitui um dos principais obstáculos à permanência da agricultura urbana nas cidades latino-americanas.

Somam-se a isso as dificuldades relacionadas à infraestrutura produtiva e ao acesso a recursos técnicos e financeiros. Em grande parte dos municípios da região, agricultores urbanos enfrentam limitações no acesso à irrigação, insumos adequados, equipamentos, assistência técnica especializada e canais de comercialização estruturados. Segundo Nagib (2016), tais restrições comprometem a escala produtiva e dificultam a inserção estável da AUP nos sistemas locais de abastecimento alimentar.

Outro aspecto relevante refere-se à fragmentação institucional das políticas públicas urbanas, ambientais e alimentares, que frequentemente operam de forma desarticulada. A ausência de integração entre essas políticas dificulta a implementação de estratégias territoriais mais abrangentes voltadas à promoção da segurança alimentar urbana. Nesse sentido, Cruz e Hespanhol (2025) destacam que a invisibilidade administrativa das áreas periurbanas contribui para a marginalização dessas práticas nos processos de planejamento municipal.

Do ponto de vista socioeconômico, a AUP também enfrenta desafios relacionados à precarização das condições de trabalho e à informalidade produtiva. Em muitos casos, agricultores urbanos atuam sem reconhecimento institucional, acesso a direitos sociais ou inserção em mercados estruturados, o que limita o potencial da atividade como estratégia estável de geração de renda. Conforme Sabourin (2015), a consolidação da AUP depende da ampliação das redes de cooperação e da integração com políticas públicas de abastecimento alimentar e economia solidária.

Além disso, persistem dificuldades associadas à qualidade ambiental das áreas urbanas utilizadas para cultivo, especialmente no que se refere à contaminação do solo e da água. Em contextos metropolitanos marcados por passivos ambientais históricos, a utilização de áreas degradadas pode comprometer a qualidade dos alimentos produzidos, exigindo monitoramento técnico e políticas específicas de recuperação ambiental.

Outro desafio significativo refere-se à baixa integração da agricultura urbana aos sistemas formais de abastecimento alimentar. Apesar de seu potencial para fortalecer circuitos curtos de comercialização, muitas iniciativas permanecem restritas ao autoconsumo ou a mercados locais pouco estruturados. Conforme apontam FAO, RIKOLTO e RUAF (2022), a ampliação da participação da AUP em mercados institucionais representa uma das principais estratégias para sua consolidação na região.

Por fim, destaca-se a necessidade de maior reconhecimento da dimensão cultural e territorial da agricultura urbana. Embora essas práticas contribuam para a preservação de saberes tradicionais, fortalecimento comunitário e construção de identidades locais, tais aspectos ainda são pouco considerados nas políticas públicas urbanas. Como argumenta Porto-Gonçalves (2006; 2011), a valorização dessas territorialidades constitui elemento fundamental para a construção de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis.

Dessa forma, embora a Agricultura Urbana e Periurbana apresente elevado potencial para o enfrentamento da insegurança alimentar, da pobreza urbana e da degradação ambiental na América Latina e Caribe, sua consolidação depende da ampliação de políticas públicas integradas, do reconhecimento institucional de seus sujeitos sociais e da incorporação efetiva dessas práticas ao planejamento territorial das cidades.

4. Agricultura urbana e periurbana na América Latina e no Brasil: entre desafios estruturais e experiências emergentes de institucionalização

Na contemporaneidade, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem se afirmado como componente relevante das estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar, da precarização do trabalho urbano e da degradação ambiental nas cidades, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioespaciais estruturais. Em escala global, experiências desenvolvidas em países como Cuba, Estados Unidos, Alemanha, França, Quênia e Singapura demonstram que a AUP pode assumir múltiplas funções, variando entre estratégia de sobrevivência alimentar, instrumento de regeneração urbana e prática de inovação socioambiental (Mougeot, 2000; Viljoen et al., 2005; Yokohari et al., 2010).

Entretanto, na América Latina e Caribe, a consolidação dessas práticas ocorre em condições territoriais distintas daquelas observadas em países centrais, sendo fortemente condicionada por processos de urbanização desigual, informalidade fundiária e fragmentação das políticas públicas. Nessas regiões, a agricultura urbana desempenha papel estratégico sobretudo como mecanismo de reprodução social de populações vulnerabilizadas, articulando autoconsumo, geração de renda complementar e fortalecimento das redes comunitárias locais (Sabourin, 2015; FAO; RIKOLTO; RUAF, 2022).

Apesar de sua relevância social e territorial, a institucionalização da AUP na América Latina ainda enfrenta obstáculos significativos, entre os quais se destacam a insegurança no acesso à terra urbana, a escassez de assistência técnica especializada, a limitada integração aos sistemas formais de abastecimento alimentar e a fragmentação das políticas urbanas, ambientais e alimentares. Como resultado, muitas iniciativas permanecem dependentes da ação de organizações comunitárias e movimentos sociais, apresentando baixa continuidade administrativa e reduzida capacidade de expansão territorial.

Esse quadro regional ajuda a compreender o caso brasileiro, no qual a agricultura urbana e periurbana também se desenvolve de forma desigual e territorialmente concentrada. Embora o país registre crescente reconhecimento institucional da temática nos últimos anos, a incorporação da AUP às políticas urbanas ainda ocorre de maneira incipiente e descontínua, refletindo tanto as desigualdades regionais quanto a ausência de um marco legal nacional específico.

Em 2023, foi realizado o estudo intitulado “*Panorama de Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana*”, cujo objetivo foi mapear as iniciativas existentes no país e subsidiar a formulação de programas nacionais capazes de promover maior articulação entre os diferentes níveis de governo. Essa pesquisa evidenciou a heterogeneidade ao identificar apenas 67 municípios — o equivalente a 1,2% dos 5.570 municípios brasileiros — com iniciativas estruturadas no país, número ainda reduzido diante da dimensão territorial nacional. Destaca-se, ainda, que 29% desses municípios iniciaram suas ações recentemente, entre os anos de 2020 e 2022 (FVGces, 2023).

A concentração dessas experiências nas regiões Sudeste (24) e Sul (22) reforça o caráter seletivo da difusão das políticas de AUP, revelando que sua institucionalização acompanha padrões históricos de desigualdade socioeconômica e de capacidade administrativa municipal.

Complementando esse panorama, o estudo identificou que 15 estados, além do Distrito Federal, possuem municípios com iniciativas de AUP. Destacam-se o Rio Grande do Sul (14 cidades), São Paulo (11), Rio de Janeiro (7), Minas Gerais (5) e Paraná (5). Em contrapartida,

Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Tocantins apresentam apenas três cidades com ações; Acre, Bahia e Ceará possuem duas; e o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul contam com apenas uma cidade cada.

Outro dado relevante é que, do total de municípios analisados, apenas sete são capitais — Fortaleza, Recife, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte —, o que demonstra que as ações de agricultura urbana e periurbana se concentram majoritariamente em cidades de menor porte. De fato, 47% desses municípios possuem até 50 mil habitantes (FVGces, 2023), evidenciando que o protagonismo na implementação de políticas voltadas à AUP não se restringe às grandes metrópoles, mas emerge também de contextos locais de menor escala, frequentemente marcados por maior engajamento comunitário e proximidade entre poder público e população.

Contrariando a expectativa recorrente de que a agricultura urbana se concentre predominantemente em grandes metrópoles, observa-se o protagonismo de municípios de pequeno e médio porte na implementação dessas iniciativas. Esse dado sugere que contextos urbanos caracterizados por maior proximidade entre poder público local, organizações comunitárias e redes associativas favorecem a emergência de experiências territorializadas de gestão do abastecimento alimentar. Nessas configurações, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tende a operar como instrumento de governança socioterritorial do sistema alimentar urbano, conforme indicado por Mougeot (2000; 2005), ao destacar sua inserção direta nas dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas do território urbano.

Nesse panorama, verifica-se que as principais iniciativas de AUP no país concentram-se na implantação de hortas urbanas em diferentes formatos institucionais e territoriais. Destacam-se, entre elas, as hortas pedagógicas e escolares, voltadas à formação socioambiental e à construção de práticas alimentares sustentáveis; as hortas comunitárias implantadas em áreas públicas ou privadas subutilizadas, frequentemente associadas à ativação de redes locais de solidariedade; e aquelas vinculadas a centros de assistência psicossocial, nas quais a prática agrícola assume funções terapêuticas e de reinserção social. Essa diversidade de formatos evidencia a natureza multifuncional da agricultura urbana, cuja relevância ultrapassa a dimensão produtiva e se insere no campo das políticas públicas intersetoriais de promoção da saúde, educação ambiental e inclusão social, conforme destacado em estudos da FAO (2014; 2020).

Além disso, observa-se que o apoio municipal às iniciativas de AUP tem sido fortemente motivado por demandas sociais associadas à ampliação do acesso a alimentos saudáveis, ao enfrentamento da insegurança alimentar, à promoção de práticas educativas ambientais e ao

fortalecimento do tecido comunitário urbano (FVGces, 2023). Tais motivações evidenciam que a agricultura urbana e periurbana se configura como estratégia de intervenção socioterritorial orientada à construção de sistemas alimentares urbanos mais resilientes, aproximando-se das abordagens contemporâneas de políticas alimentares territoriais discutidas por Morgan (2009; 2014) e Sonnino (2016), que enfatizam a centralidade da escala local na reorganização sustentável dos sistemas alimentares.

Todavia, os dados disponíveis indicam que as ações de fomento à AUP no Brasil permanecem pontuais, fragmentadas e territorialmente concentradas, revelando um quadro persistente de fragilidade institucional nas diferentes escalas federativas. Em grande parte dos municípios, observa-se a ausência de marcos regulatórios específicos capazes de integrar a agricultura urbana aos instrumentos formais de planejamento territorial, o que compromete a continuidade das iniciativas e limita sua institucionalização como política pública estruturante. Nesse sentido, o estudo ressalta que “mostra-se inviável a multiplicação de esforços em políticas públicas municipais, sem que venha acompanhada de estrutura normativa e administrativa que legalize e reconheça a necessidade de apoio à AUP” (FVGces, 2023, p. 27). Esse cenário confirma a avaliação de Cabannes (2012) de que a institucionalização da agricultura urbana constitui um dos principais desafios para sua consolidação como componente permanente das políticas urbanas.

Essa fragilidade institucional manifesta-se igualmente na escassez de financiamento público continuado e na limitada articulação intersetorial entre políticas de saúde, assistência social, educação e planejamento urbano, o que restringe a incorporação da agricultura urbana aos instrumentos de gestão territorial e às agendas estratégicas de desenvolvimento urbano sustentável. Tal cenário evidencia a persistência de um padrão de institucionalização incipiente da AUP no país, marcado pela predominância de iniciativas localizadas e pela dependência de arranjos institucionais contingentes, conforme discutido por Sabourin (2018) no contexto das políticas alimentares territoriais na América Latina.

Apesar dessas limitações, experiências desenvolvidas em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Recife demonstram que a agricultura urbana pode assumir papel estratégico na formulação de políticas alimentares territorializadas, especialmente quando articulada a programas de segurança alimentar, inclusão produtiva e requalificação socioespacial. Nessas situações, a AUP contribui simultaneamente para a ampliação do acesso a alimentos frescos e saudáveis, para a ativação de áreas urbanas subutilizadas e para o fortalecimento de práticas coletivas de gestão comunitária do território, configurando-se como

instrumento relevante de democratização do uso do espaço urbano e de construção de sistemas alimentares urbanos sustentáveis (MORGAN, 2014; SONNINO, 2016).

No contexto das cidades médias, como Presidente Prudente, a agricultura urbana apresenta características específicas associadas à maior disponibilidade relativa de áreas ociosas, à presença de instituições de ensino superior e à atuação de associações locais e iniciativas extensionistas. Nesses territórios, hortas escolares, comunitárias, quintais produtivos e projetos universitários de extensão configuram-se como práticas sociotécnicas relevantes para o fortalecimento da segurança alimentar local e para a construção de novas territorialidades urbanas baseadas em princípios de cooperação, sustentabilidade e apropriação social do espaço, em consonância com abordagens territoriais do desenvolvimento discutidas por Sabourin (2018).

Assim, a análise da agricultura urbana em Presidente Prudente insere-se em um quadro interpretativo mais amplo, no qual experiências locais dialogam simultaneamente com processos latino-americanos de urbanização desigual e com transformações contemporâneas nos sistemas agroalimentares urbanos em escala global. Nessa perspectiva, a AUP pode ser compreendida não apenas como prática produtiva localizada, mas como componente estratégico das políticas de desenvolvimento territorial sustentável, particularmente relevante em contextos urbanos marcados por desigualdades socioespaciais persistentes e pela crescente centralidade das agendas de segurança alimentar, justiça territorial e transição ecológica nas políticas urbanas contemporâneas (MOUGEOT, 2005; MORGAN, 2014; SONNINO, 2016).

A partir dessas reflexões, a seção seguinte buscará aprofundar a análise sobre os instrumentos, diretrizes e abordagens adotadas nas políticas urbanas, investigando de que maneira a agricultura urbana e periurbana pode ser efetivamente integrada ao planejamento das cidades brasileiras e reconhecida como componente estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável.

5. Presidente Prudente: contexto urbano e socioeconômico

Localizada no oeste do estado de São Paulo, Presidente Prudente é uma cidade média com cerca de 230 mil habitantes (IBGE, 2022). É considerada um polo regional, exercendo forte influência sobre dezenas de municípios do oeste paulista e parte do norte do Paraná.

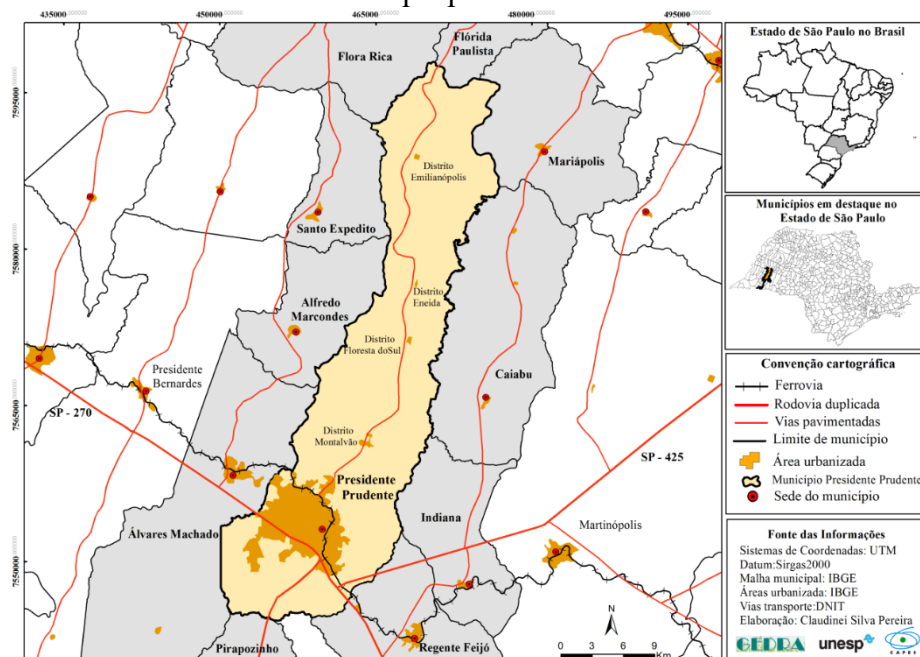
Sua formação histórica está associada à expansão da cafeicultura e da ferrovia no início do século XX. Atualmente, sua economia se apoia principalmente nos setores de serviços, comércio, saúde e educação, com destaque para instituições como a UNESP e a Unoeste, que exercem importante papel acadêmico e social.

Do ponto de vista urbano, a cidade apresenta rápida expansão territorial, forte contraste socioeconômico entre centro e periferia e significativa presença de terrenos baldios e áreas subutilizadas, que constituem oportunidades para a implantação de práticas de agricultura urbana. O clima tropical com inverno seco favorece o cultivo de hortaliças e frutas em ciclos curtos, desde que haja manejo adequado da irrigação.

5.1.A agricultura urbana em Presidente Prudente

No caso das cidades médias, como Presidente Prudente (Figura 1), a agricultura urbana e periurbana (AUP) insere-se em uma dinâmica territorial marcada pela centralidade regional exercida pelo município na rede urbana do Oeste paulista.

Figura 1 - Localização do município de Presidente Prudente, com destaque para a área urbana



Essa centralidade decorre da expressiva oferta de serviços públicos e privados especializados — como hospital regional, clínicas médicas e instituições de ensino superior — e da forte presença de atividades comerciais, fatores que atraem fluxos populacionais provenientes de municípios do entorno e reforçam a posição da cidade como polo intermediário de articulação regional. Tal configuração aproxima-se da interpretação proposta por autores da rede urbana brasileira, segundo os quais cidades médias desempenham papel estratégico na mediação entre escalas locais e regionais do desenvolvimento territorial, influenciando a reorganização dos sistemas produtivos e dos circuitos de abastecimento alimentar.

Conforme destacado por Spósito (1983), o crescimento urbano de Presidente Prudente não esteve diretamente associado a um processo de industrialização expressivo, mas sobretudo à intensificação dos fluxos migratórios campo–cidade, responsáveis pela expansão territorial urbana e pela reconfiguração das formas de ocupação do espaço. Essa trajetória é coerente com processos mais amplos de urbanização extensiva observados em cidades médias brasileiras, caracterizados pela incorporação progressiva de áreas rurais à malha urbana e pela redefinição das relações entre produção agrícola, uso do solo e expansão imobiliária.

A estrutura econômica municipal reforça essa interpretação. A predominância do setor de serviços — responsável por mais de 80% do valor adicionado local (SEADE, 2020) — evidencia a consolidação de uma economia urbana terciarizada, típica de centros regionais intermediários, cuja dinâmica territorial tende a deslocar as atividades agropecuárias para áreas periurbanas ou para municípios vizinhos, ao mesmo tempo em que mantém vínculos funcionais com a produção agrícola regional. Nessa perspectiva, a agricultura urbana e periurbana passa a assumir papel complementar na reorganização local dos sistemas alimentares, contribuindo para reduzir a dependência de circuitos longos de abastecimento, conforme discutido por Morgan (2014) e Sonnino (2016) no debate sobre políticas alimentares territoriais.

A progressiva redução da importância econômica do setor agropecuário, especialmente a partir da segunda metade do século XX, esteve associada à intensificação da migração intra-regional e à expansão de loteamentos residenciais destinados a diferentes segmentos sociais, produzindo uma urbanização territorialmente dispersa e socioespacialmente desigual. A atuação combinada do poder público municipal, dos agentes imobiliários e dos proprietários fundiários contribuiu para a consolidação de condomínios destinados às camadas de maior renda na porção sul da cidade, enquanto conjuntos habitacionais populares foram implantados predominantemente na porção norte, como o conjunto João Domingos Netto, inaugurado em 2015 com cerca de 3.500 unidades habitacionais (Aristides, 2017).

Esse padrão de expansão urbana periférica, frequentemente dissociado da implantação simultânea de infraestrutura urbana e equipamentos coletivos, favoreceu a incorporação progressiva de áreas anteriormente destinadas à produção agrícola à malha urbana. Tais transformações confirmam a interpretação de Mougeot (2005), segundo a qual a agricultura urbana emerge frequentemente em contextos de transição funcional do solo urbano, ocupando vazios territoriais e áreas intersticiais resultantes de processos de urbanização acelerada e desigual.

Nesse cenário, a agricultura urbana e periurbana pode assumir papel estratégico na ocupação produtiva desses espaços, contribuindo simultaneamente para a segurança alimentar

local, a geração de ocupação para populações vulneráveis e a requalificação socioambiental de áreas ociosas. Tal perspectiva dialoga com Aquino e Assis (2007), que destacam a capacidade dessas práticas de promover autoconsumo alimentar, geração de excedentes comercializáveis e ampliação das possibilidades de inserção social de populações marginalizadas, além de contribuir para melhorias ambientais e para a qualificação do uso do solo urbano.

Apesar dessas potencialidades, observa-se que a agricultura urbana no município permanece marcada por baixa institucionalização e limitada sistematização de informações por parte do poder público local (Pereira, 2021). Conforme relatado por gestor municipal, inexistem registros consolidados sobre o número de agricultores urbanos, os sistemas produtivos adotados ou os volumes de produção existentes no município, o que evidencia fragilidades na estrutura técnico-administrativa voltada ao acompanhamento dessas atividades. Essa lacuna institucional confirma diagnósticos recorrentes na literatura latino-americana sobre agricultura urbana, que apontam a descontinuidade administrativa e a ausência de marcos regulatórios como entraves centrais à consolidação dessas iniciativas como políticas públicas estruturantes.

Ainda assim, verifica-se a presença de práticas de agricultura urbana em diferentes áreas do território municipal — como nos bairros Brasil Novo, São Matheus (Foto 1), Aeroporto, Terras de Imoplan e Gramado, além do distrito de Montalvão e do bairro rural Sete Copas — bem como em iniciativas vinculadas ao Projeto Cidade Escola (Foto 2), que inclui atividades de horticultura em escolas municipais de tempo integral (Rosa, 2017); Pereira, 2021). Essas experiências evidenciam a inserção da AUP em redes locais de produção alimentar e educação socioambiental, reforçando seu caráter multifuncional e intersetorial.

Entre as experiências institucionais mais relevantes nesse campo destaca-se o Programa Alimento Prudente, implementado entre 1997 e 2000 com o objetivo de estimular o aproveitamento de terrenos públicos ociosos para o cultivo de hortaliças por famílias de baixa renda. O programa previa beneficiar aproximadamente 200 famílias, articulando objetivos de segurança alimentar, inclusão social, geração de renda complementar e ocupação produtiva de áreas públicas subutilizadas (Madaleno, 2001). Iniciativas dessa natureza aproximam-se das estratégias de políticas alimentares territoriais descritas por Cabannes (2012), nas quais a agricultura urbana funciona como instrumento de ativação social do território e de democratização do acesso aos recursos urbanos.

Foto 1 – Horta urbana no Bairro São Matheus, em Pres. Prudente.



Fonte: Arquivo da autora.

Foto 2 – Cultivo de hortaliças em escola pública – Projeto Cidade Escola



Fonte: Arquivo da autora.

Apesar dos resultados positivos observados nos primeiros anos de funcionamento, a descontinuidade administrativa e a ausência de apoio técnico continuado comprometeram sua consolidação como política pública permanente, restando atualmente apenas uma área cultivada remanescente do programa, localizada no bairro Brasil Novo (Foto 3). A permanência dessa experiência evidencia, por um lado, a relevância social e econômica da horticultura urbana em escala local e, por outro, a vulnerabilidade institucional dessas iniciativas frente às mudanças de gestão municipal — fenômeno recorrente em políticas alimentares urbanas de base local no contexto brasileiro.

Foto 3 – Área pública cultivada com agricultura urbana e remanescente do programa
Alimente Prudente



Fonte: Arquivo da autora.

Paralelamente às experiências comunitárias, observa-se também a presença de unidades produtivas periurbanas com maior grau de capitalização e inserção em circuitos comerciais formais de abastecimento alimentar. Em propriedade localizada a aproximadamente 15 km do núcleo urbano (Foto 4), identificou-se sistema produtivo diversificado que articula horticultura convencional, produção hidropônica e pecuária leiteira, com comercialização destinada a hipermercados, supermercados locais e programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa inserção simultânea em circuitos curtos e institucionais de comercialização confirma a coexistência de diferentes regimes alimentares urbanos, característica típica de sistemas alimentares territorializados em cidades médias.

Foto 4 – Alface cultivada no sistema de hidroponia



Fonte: Arquivo da autora.

Essas diferentes formas de agricultura urbana e periurbana evidenciam, portanto, a heterogeneidade dos sistemas produtivos existentes no município e reforçam o argumento anteriormente apresentado de que, nas cidades médias brasileiras, a AUP assume configurações híbridas, combinando práticas de autoconsumo, produção comunitária e horticultura comercial integrada a circuitos formais de abastecimento. Nesse sentido, o caso de Presidente Prudente confirma que, mesmo em contextos marcados por fragilidade institucional e descontinuidade de políticas públicas específicas, a agricultura urbana permanece como componente relevante das estratégias locais de segurança alimentar, inclusão social e requalificação territorial, aproximando-se das abordagens contemporâneas que reconhecem a centralidade dos sistemas alimentares urbanos na construção de modelos de desenvolvimento territorial sustentável.

Estudos empíricos recentes (Rosa, 2017; Pereira, 2021) identificaram ao menos 13 áreas de produção ativa de agricultura urbana e periurbana no município, nas quais predominam cultivos hortícolas desenvolvidos em pequenas áreas, geralmente com uso de mão de obra familiar e residência dos produtores no próprio local de cultivo em aproximadamente 77% dos casos analisados. Essa configuração confirma a heterogeneidade do perfil socioprodutivo dos agricultores urbanos prudentinos, característica recorrente em sistemas alimentares urbanos territorializados, nos quais coexistem práticas de subsistência, produção comercial e estratégias híbridas de reprodução social.

Do ponto de vista institucional, observa-se a existência de iniciativas recentes vinculadas à agenda ambiental municipal, como o programa *Semeando Prudente*, voltado à integração entre compostagem urbana e fortalecimento de hortas comunitárias. Ainda que de alcance territorial limitado, esse tipo de iniciativa sinaliza a incorporação gradual da agricultura urbana às políticas locais de sustentabilidade ambiental, aproximando-se das diretrizes internacionais de promoção de sistemas alimentares urbanos resilientes propostas pela FAO (2014; 2020).

No que se refere ao perfil produtivo local, a horticultura constitui a principal atividade da agricultura urbana e periurbana no município, com destaque para o cultivo de folhosas, especialmente a alface, cuja predominância está associada ao ciclo produtivo curto (entre 45 e 60 dias) e à facilidade de comercialização ao longo de todo o ano. Além disso, levantamentos realizados com horticultores urbanos indicam que a produção possui finalidade predominantemente comercial, diferentemente do padrão observado em diversas cidades brasileiras, onde a agricultura urbana apresenta maior peso no autoconsumo familiar.

Paralelamente às experiências comunitárias e familiares, o entorno periurbano do município mantém unidades produtivas com maior grau de capitalização e inserção em circuitos

formais de abastecimento alimentar. Essas unidades especializam-se sobretudo na produção de hortaliças folhosas destinadas ao abastecimento de supermercados locais e à participação em programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), evidenciando a coexistência de circuitos curtos e institucionais de comercialização, característica típica dos sistemas alimentares territorializados em cidades médias (Hespanhol; Pereira; Hespanhol, 2019).

A presença dessas formas produtivas deve ser interpretada à luz da trajetória histórica da economia municipal, marcada pela progressiva redução da importância do setor agropecuário e pela consolidação de uma estrutura econômica fortemente terciarizada. Dados do IBGE indicam que a agropecuária representa parcela reduzida do valor adicionado municipal, sendo a economia local predominantemente baseada nos setores de comércio e serviços. Nesse cenário, a agricultura urbana e periurbana assume papel complementar na reorganização local do abastecimento alimentar, contribuindo para a diversificação das fontes de produção e para a redução da dependência de circuitos longos de distribuição.

Além de sua contribuição para o abastecimento alimentar local, a agricultura urbana em Presidente Prudente desempenha papel relevante na ocupação produtiva de vazios urbanos, na promoção da educação ambiental e na valorização de práticas comunitárias de cooperação social. Estudos sobre a morfologia urbana e as condições socioeconômicas da cidade demonstram que a presença dessas atividades agrícolas está diretamente associada às formas de apropriação do solo urbano e às dinâmicas de expansão territorial características da urbanização regional contemporânea (Pereira, 2021).

Apesar dessas potencialidades, persistem limitações estruturais relacionadas à ausência de cadastro municipal sistematizado de agricultores urbanos, à baixa integração da agricultura urbana aos instrumentos de planejamento territorial e à descontinuidade histórica de programas específicos de incentivo à produção alimentar urbana. Soma-se a isso a limitada oferta de assistência técnica especializada e a inexistência de regulamentação municipal consolidada voltada à institucionalização dessas práticas, fatores que contribuem para a manutenção de um padrão de desenvolvimento ainda incipiente da agricultura urbana no município.

Nesse sentido, observa-se que a agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente permanece como componente complementar da infraestrutura alimentar local, desempenhando funções relevantes no fortalecimento da segurança alimentar, na inclusão socioprodutiva de agricultores familiares e na requalificação ambiental de áreas urbanas subutilizadas. Ao mesmo tempo, sua consolidação como política pública estruturante depende da ampliação da articulação intersetorial entre planejamento urbano, políticas ambientais e programas de

abastecimento alimentar, bem como da incorporação mais sistemática dessas práticas as estratégias municipais de desenvolvimento territorial sustentável.

6. Considerações Finais

A análise da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente evidencia que essas práticas constituem componente relevante dos sistemas alimentares urbanos contemporâneos, articulando dimensões produtivas, sociais, ambientais e territoriais que ultrapassam a lógica tradicional da produção agrícola convencional. Ao ocupar áreas subutilizadas, fortalecer circuitos curtos de abastecimento alimentar e promover a inclusão socioprodutiva de populações vulnerabilizadas, a AUP reafirma-se como instrumento estratégico de reorganização territorial em contextos urbanos marcados por desigualdades socioespaciais persistentes.

No plano internacional e latino-americano, observa-se que a agricultura urbana assume funções diferenciadas conforme as condições socioeconômicas e institucionais dos territórios, podendo operar tanto como estratégia de sobrevivência alimentar quanto como instrumento de inovação socioambiental e planejamento sustentável das cidades. No caso brasileiro, entretanto, sua consolidação como política pública estruturante ainda permanece condicionada à superação de fragilidades institucionais relacionadas à ausência de marcos legais específicos, à descontinuidade administrativa e à limitada articulação intersetorial entre políticas urbanas, ambientais e alimentares.

No contexto das cidades médias, como Presidente Prudente, a agricultura urbana e periurbana apresenta características próprias associadas à presença de áreas disponíveis para cultivo, à atuação de instituições universitárias e à existência de iniciativas comunitárias territorializadas. Essas experiências evidenciam o potencial da AUP para fortalecer a segurança alimentar local, promover práticas educativas socioambientais e contribuir para a requalificação de vazios urbanos, ainda que permaneçam dependentes de iniciativas pontuais e de arranjos institucionais contingentes.

A persistência dessas limitações indica que a consolidação da agricultura urbana como componente estruturante das políticas públicas municipais depende da ampliação de instrumentos normativos específicos, da criação de sistemas de cadastro e monitoramento da produção urbana e da incorporação dessas práticas aos planos diretores e às estratégias locais de desenvolvimento territorial sustentável.

Dessa forma, a agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente deve ser compreendida não apenas como prática complementar de produção alimentar, mas como

elemento estratégico para a construção de sistemas alimentares urbanos mais resilientes, inclusivos e territorialmente integrados, capazes de contribuir para a democratização do uso do espaço urbano e para o fortalecimento de políticas alimentares territorializadas em cidades médias brasileiras.

Referências

- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura urbana e periurbana no Brasil: aspectos conceituais e experiências. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 137–145, 2007.
- ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Urban agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 9–10, p. 1110–1130, 2017.
- ARISTIDES, M. de J. S. **Dinâmicas espaciais recentes e estratégias de reprodução socioeconômica dos produtores rurais familiares dos Bairros Aeroporto e Córrego da Onça, Município de Presidente Prudente - SP**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- CABANNES, Y. **Pro-poor legal and institutional frameworks for urban and peri-urban agriculture**. Rome: FAO, 2012.
- CRUZ, J. S.; HESPANHOL, R. A. de M. O Estado e as políticas públicas de combate à fome no Brasil. **Social Sciences & Humanities Open**, v. 11, p. 101495, 2025.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Growing greener cities in Latin America and the Caribbean**. Rome: FAO, 2014.
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems**. Rome: FAO, 2020.
- FAO; RIKOLTO; RUAF. **Urban and peri-urban agriculture sourcebook: from production to food systems**. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb9722en>
- FAVORETO, C. J. R. et al. Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.2, p. 01-30, 2024.
- FVGces – CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Panorama de agendas municipais de agricultura urbana e periurbana no Brasil**. São Paulo: FGVces, 2023.
- HESPANHOL, A. N.; PEREIRA, C.; HESPANHOL, R. A. de M. Agricultura urbana e periurbana e segurança alimentar em cidades médias brasileiras. **Cadernos de Agroecologia**, v. 14, n. 2, 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população: Presidente Prudente (SP)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2026.
- MADALENO, I. M. Urban agriculture in Belém, Brazil. **Cities**, v. 17, n. 1, p. 73–77, 2001.
- MORGAN, K. Feeding the city: the challenge of urban food planning. **International Planning Studies**, v. 14, n. 4, p. 341–348, 2009.

MORGAN, K. Nourishing the city: the rise of the urban food question in the Global North. **Urban Studies**, v. 51, n. 7, p. 1379–1394, 2014.

MOUGEOT, L. J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER, Nico et al. (org.). **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. Feldafig: DSE, 2000. p. 1–42.

MOUGEOT, Luc J. A. **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Ottawa: IDRC, 2005.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PELLING, M.; CHOW, W. T. L.; CHU, E.; DAWSON, R.; DODMAN, D.; FRASER, A.; ZIERVOGEL, G. A climate resilience research renewal agenda: learning lessons from the COVID-19 pandemic for urban climate resilience. **Climate and Development**, p. 1–8, 2021.

PEREIRA, C. Agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente (SP): caracterização socioespacial e produtiva. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 28, n. 53, p. 245–268, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ROSA, A. F. **As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente/SP**. 2020, 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

SABOURIN, E. **Políticas públicas de desenvolvimento rural na América Latina: avanços, limites e perspectivas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Brasília: FAO/MDS, 2007.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo: diagnóstico e propostas**. São Paulo: PMSP, 2016.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil econômico dos municípios paulistas: Presidente Prudente**. São Paulo: SEADE, 2020).

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 1, p. 125–146, 2016.

SONNINO, R. The new geography of food security: exploring the potential of urban food strategies. **The Geographical Journal**, v. 182, n. 2, p. 190–200, 2016.

SPÓSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas em cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana/SP**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFCLH, Universidade de São Paulo.

SPÓSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VILJOEN, A.; BOHN, K.; HOWE, J. **Continuous Productive Urban Landscapes: Designing Urban Agriculture for Sustainable Cities**. Oxford: Architectural Press, 2005.

YOKOHARI, M.; BROWN, R. D.; KATO, Y. et al. The history and future directions of urban agriculture in Asian cities. **Landscape and Urban Planning**, v.96, p.197–206, 2010.

ZAAR, M. H. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 26–44, 2015.

ZAAR, M. H. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVI, n. 944, 15 de octubre de 2011. <http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm> . [ISSN 1138-9796]